

**A DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA NA CAMPANHA ELEITORAL
AUTÁRQUICA: ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Sónia Paula Nogueira¹

Maria João Sotto Mayor Carneiro Tomé¹

Maria José Alonso Pina Cordeiro¹

André Cristiano Lopes Dias¹

Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Bragança

Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo,
Instituto Politécnico de Bragança

Área Temática: F) Sector Público

Palavras-Chave: Divulgação da informação contabilística, Campanha eleitoral autárquica, Teoria da legitimidade, Governo Local.

A DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA NA CAMPANHA ELEITORAL AUTÁRQUICA: ESTUDO EXPLORATÓRIO

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a divulgação da informação contabilística por parte dos políticos locais na campanha eleitoral autárquica das últimas eleições (2013) e identificar os fatores que potencialmente explicam essa divulgação, tomando como referência o caso específico dos municípios de Trás os Montes e Alto Douro.

Os resultados mostram que os políticos locais tendem a divulgar a informação contabilística para fins de campanha eleitoral autárquica. O valor dos investimentos realizados e das dívidas por pagar revelam ser os tipos de informação divulgados em maior número. Os resultados permitiram ainda concluir que a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é influenciada pela dimensão do município, pelo tipo de governação (maioria ou minoria) do partido político do executivo e pelo montante das dívidas a pagar.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar la divulgación de la información contable de los políticos municipales locales en la última campaña electoral (2013) e identificar los factores que potencialmente explican esta difusión. Para ello hemos tomado como referencia el caso específico de los municipios de Trás-os-Montes y Alto Douro.

Los resultados muestran que los políticos locales tienden a revelar la información contable para la campaña electoral municipal. El valor de las inversiones y las deudas (pasivo) son los tipos de información que se dan a conocer en mayor medida. Los resultados nos permiten concluir que una mayor divulgación de la información contable en la campaña electoral municipal se ve influenciada por el tamaño del municipio, el tipo de gobierno (mayoritario o minoritario) ejecutivo del partido político y las deudas en el pasivo.

1. INTRODUÇÃO

A informação constitui um dos principais desafios particulares da sociedade dos nossos dias. Num complexo mundo económico, onde os diferentes agentes que o compõem têm de tomar decisões de forma continuada, poder dispor de informação contabilística útil, é fundamental para reduzir a incerteza que lhes rodeia.

Nos últimos anos temos assistido a um processo de desenvolvimento da informação contabilística preparada e divulgada pelas entidades públicas em diferentes países do mundo, vendo-se este processo fortalecido em cada país por diferentes acontecimentos (Hood, 1991, 1995a, 1995b; Olson & Peters, 1996; Olson, Guthrie e Humphrey, 1998; Guthrie, 1998; Lapsley, 1999). Como exemplo podemos apontar: o aumento da procura da informação contabilística por variados grupos de interesse (cidadãos em geral – eleitores, contribuintes e recetores dos serviços, corpos legislativo e de controlo, entre outros), a credibilização das contas públicas perante os investidores e credores e, por último, o papel participativo dos organismos normalizadores.

A introdução dos princípios da Nova Gestão Pública nos Governos Locais veio reforçar o papel da *accountability* como meio para melhorar os níveis de desempenho organizacional. O alcance deste *trade-off* exigia um novo modelo de gestão pública assente em informação sobre a gestão dos recursos públicos nos resultados alcançados (Mir & Rahaman, 2007; Neilson & Gregor, 2007; Ter Bogt, 2008; Hookana, 2008). Neste contexto de mudança as alterações introduzidas nos sistemas de informação de contabilidade das entidades públicas surgem para satisfazer as necessidades de informação dos dirigentes/gestores públicos ao possibilitar informação útil para o processo de decisão e, por conseguinte, à melhoria do desempenho organizacional.

É extremamente importante considerar que a Contabilidade se afigura como um meio de comunicação para os utilizadores diversos (internos e externos). É também, por isso, relevante para o dirigente público que, este, entre as suas responsabilidades, tenha pleno entendimento da relevância do que o sistema de informação contabilístico pode permitir nas diferentes áreas de atuação. Segundo o Governmental Accounting Standards Board - GASB (1987), o relato financeiro assume um papel importante no cumprimento do dever do Governo ser publicamente responsável numa sociedade democrática onde os gestores devem responder perante os cidadãos pelo uso dos recursos utilizados. A responsabilidade pública baseia-se na crença de que o contribuinte tem o direito à informação sobre os factos abertamente declarados que podem levar ao debate público por parte dos cidadãos e dos seus representantes eleitos (Piotrowski & Van Ryzin, 2007).

Deste modo, nos recentes anos passados, a tomada de consciência dos dirigentes dos Governos Locais sobre a importância da informação incluída na prestação de contas aumentou gradualmente, despoletada, entre outros, pela necessidade de uma correta aplicação dos recursos públicos atribuídos e pelo compromisso eleitoral assumido onde se tem vindo a verificar uma crescente procura dos eleitores por uma maior transparência e eficiência das organizações públicas (Piotrowski & Van Ryzin, 2007).

A literatura teórica-empírica na área mostra que a informação preparada e disponibilizada no relato financeiro é utilizada com diferentes propósitos (e.g., Hay & Antonio, 1990; Collins, Keenan & Lapsley, 1991; Mack, 2004), chegando mesmo a evidenciar que o grau de utilização da informação contabilística varia em função da sua utilidade para esse fim (Mack, 2004; Mack & Ryan, 2006; Cohen, 2009; Grossi & Reichard, 2009).

Tomando consciência da utilidade da informação contabilística para fins diversos e da importância que, nos dias de hoje, a referida informação revela ter junto dos políticos

públicos, designadamente os locais, com este estudo exploratório é pretendido analisar a divulgação da informação contabilística da prestação de contas pelos políticos locais, em funções no órgão executivo, na última campanha eleitoral autárquica e identificar os fatores que potencialmente explicam essa divulgação, tomando como referência o caso específico dos municípios de Trás os Montes e Alto Douro. A escolha pelos Governos Locais, em particular pelos municípios, deve-se ao facto de ser a administração que em nosso entender está mais próxima dos cidadãos. Tal facto torna mais provável que os políticos locais percebam os cidadãos como consumidores, obrigados a pagar impostos, mas com o poder de avaliar a gestão municipal no momento da votação e com capacidade suficiente para substituir os políticos se consideram que a sua gestão municipal é inadequada.

A principal motivação para a realização deste trabalho resulta, fundamentalmente, de duas ordens de razões. Primeira, o número de trabalhos científicos sobre o tópico a debruçar-se sobre a realidade portuguesa é extremamente escasso, particularmente no estudo da divulgação da informação contabilística para efeitos da campanha eleitoral autárquica; e, segunda, na medida em que os dirigentes autárquicos começam, em termos gerais, a ter consciência da atenção que começa a ser dada pelos eleitores à informação da prestação de contas e da influência que esta pode vir a ter no momento do voto eleitoral.

Neste trabalho em concreto é pretendido dar resposta às seguintes questões, tendo como principal propósito a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica e como suporte a teoria da legitimidade:

1. Saber se os dirigentes autárquicos divulgam informação contabilística?
2. Que tipo de informação contabilística é divulgada?
3. Quais os fatores que explicam a divulgação da informação contabilística?

O artigo está organizado da seguinte forma. Após a introdução é apresentado enquadramento teórico no qual abordar-se-á o papel da informação contabilística e a relação entre teoria da legitimidade e a divulgação da informação contabilística. Segue-se a apresentação da metodologia adotada e dos resultados empíricos. Por fim, são expostas as principais conclusões e limitações do estudo.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 O PAPEL DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

A divulgação da informação contabilística no contexto organizacional permite um maior controlo sobre o comportamento dos dirigentes da organização (Pettersen, 2001; Zimmerman, 2008).

Do mesmo modo que no setor empresarial, a informação divulgada nos relatórios financeiros dos Governos Locais tem como principal objetivo satisfazer as necessidades dos utilizadores e ajudá-los a tomar decisões. Os utilizadores da informação contabilística são, geralmente, os cidadãos, entidades de fiscalização e órgãos reguladores, gestores, credores e investidores, e analistas financeiros, entre outros. Para tal, os relatórios devem fornecer informações que ajudem os utilizadores na avaliação da prestação de responsabilidades e tomada de decisões económicas, sociais e políticas. Indiscutivelmente, a prestação de responsabilidade é mais relevante no setor público do que no setor empresarial, e, segundo Brusca e Montesinos (2006) pode mesmo afirmar-se que a prestação de responsabilidades deve ser objetivo primordial da informação contabilística preparada e divulgada pelos Governos Locais. Tal significa que a

informação contabilística deve constituir uma ferramenta útil para a avaliação do cumprimento das obrigações dos Governos locais, através do conhecimento da prestação responsabilidades (Brusca & Montesinos, 2006). Se por um lado, a informação contabilística deve ajudar os utilizadores a avaliar os resultados operacionais anuais dos Governos Locais. Por outro, deve também possibilitar aos utilizadores a avaliação do nível de serviços prestados pelo órgão do Governo e a sua capacidade para o cumprimento das suas obrigações.

Os novos desenvolvimentos do sistema contabilístico, verificados a nível internacional, permitiram dotar a gestão das entidades públicas de novos instrumentos, no sentido de, entre outros, disponibilizar informação útil que sirva de apoio aos diferentes utilizadores. Neste cenário, a divulgação de informação, preparada em bases de caixa e do acréscimo, possibilita aos utilizadores informações a partir da divulgação de relatos financeiros uniformes e mais completos (Guthrie, Olson & Humphrey, 1999), permitindo-lhes uma melhor tomada de decisões. A este propósito refira-se que as informações preparadas na base do acréscimo têm cada vez mais vindo a assumir um papel relevante no processo de tomada de decisões (Kober, Lee & Ng, 2010; Andriani, Kober & Ng, 2010; Bergman, 2012).

Estudos que analisam a utilidade da informação contabilística tendem a mostrar que as informações divulgadas no relato financeiro podem ser úteis para diferentes grupos, embora, logicamente, a ênfase é diferente dependendo do tipo de utilizador, a sua relação com a entidade e, claro, do tipo de informação divulgado pela entidade (e.g., Hay & Antonio, 1990; Collins, Keenan & Lapsley, 1991; López & Caba, 2004; Mack, 2004; Yamamoto, 2008; Grossi & Reichard, 2009; Cohen, 2009; Kober *et al.*, 2010; Andriani, Kober & Ng, 2010). Para Bergmann (2012) este é o resultado do efeito de que as diferentes abordagens têm sobre a natureza dos tipos de informação divulgada para diferentes fins. Segundo os resultados deste trabalho, os principais exemplos de informações divulgadas no relato financeiro usadas, são baseadas na informação preparada segundo o regime do acréscimo, tais como o autofinanciamento dos investimentos, controlo do endividamento e as metas de política fiscal de redução da dívida e manutenção de capital. Yamamoto (2008) conclui que os políticos dos Governos Locais japoneses consideram que a informação contabilística é mais relevante para fins de prestação de responsabilidades.

2.2 TEORIA DA LEGITIMIDADE E A DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

A divulgação da informação da prestação de contas do Governo Local pode ser justificada por um dos paradigmas derivado da política económica, isto é, a teoria da legitimidade (Deegan, 2002; Mussari & Monfardini, 2010; Farneti & Siboni, 2011).

A teoria da legitimidade baseia-se na noção de um “contrato social” hipotético entre a entidade que relata e a sociedade em que esta atua (Deegan, 2002; Guthrie *et al.*, 2004). A referida teoria pressupõe que a gestão de uma entidade que relata está perfeitamente consciente das perceções da sociedade sobre o assunto. Para cumprir os termos de um “contrato social”, uma organização compromete-se a executar várias “ações socialmente desejáveis, adequadas ou apropriadas, no âmbito de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições, em troca da aprovação dos seus objetivos e outras recompensas que garantam a sua sobrevivência” (Suchman, 1995:574). Ao fazê-lo, a sociedade “confere” à organização um “estado de legitimidade” (Deegan, 2002:292). Deste modo, a legitimidade organizacional está claramente ligada à sobrevivência organizacional (Neu, Warsame & Pedwell, 1998; Deegan, 2002) e também à comunicação entre a organização e os vários públicos “relevantes” (Suchman, 1995). O

“contrato social” pode efetivamente ser revogado se o comportamento da organização não estiver de acordo com os valores e normas sociais (Dowling & Pfeffer, 1975; Suchman, 1995; Deegan, 2002). Quando tal se verifica, desenvolve-se um desfaseamento de legitimidade – *legitimacy gap*.

A teoria da legitimidade assume que a “*divulgação do relatório anual é uma tentativa de aliviar a pressão social ou legitimar as operações da organização, associando a isso, que os órgãos de gestão da organização procurem e utilizem as informações do relatório anual*” (Deegan & Rankin, 1997:566). Para Smakin & Schneider (2007) a natureza e a forma das divulgações feitas no relatório anual é um mecanismo de relato estratégico que as entidades utilizam em busca da legitimidade, na medida em que constitui um meio, suscetível de ser moldado, através do qual as expectativas da sociedade podem ser satisfeitas.

Tal como as entidades do setor privado, as entidades do setor público têm que justificar as suas ações junto dos seus públicos relevantes. Matthews (1993:30-31) explica que a “*legitimidade organizacional não é uma constante absoluta, uma vez que as organizações são caracterizadas por diferentes níveis de visibilidade para a sociedade e de dependência de apoio social e político*”.

As pressões internas e externas exercidas sobre os Governos, verificadas a nível mundial, para implementarem reformas nos sistemas de informação contabilísticos e no relato financeiro e a orientação para adotar os princípios da Nova Gestão Pública têm, de uma forma ou de outra, levado à mudança organizacional entre os diferentes níveis do setor público. Sob a pressão para se tornarem mais eficientes e eficazes na prestação dos seus serviços, a maioria dos Governos começou a repensar o seu papel na prestação de serviços públicos e a fazer mudanças no modo de aquisição destes e, até mesmo, no tipo de serviços prestados.

Como resposta, os Governos adotaram diferentes medidas interrelacionadas, incluindo a descentralização, privatização, desregulamentação e privatização – na tentativa de aproximar o setor público ao setor privado, entendido como mais eficiente e produtivo do que o setor público (Guthrie, 1993). As novas medidas adotadas, fornecem, de modo geral, um mecanismo que permite à comunidade a participação no processo de governação, bem como estabelece um quadro que permite aos interessados serem representados nas estruturas das tomadas de decisão governamentais. A “autonomia dos dirigentes” das entidades públicas tem vindo cada vez mais a perder “terreno” para a “participação do cidadão” (Andrews, 2008:171). Em concreto, o processo de desregulamentação tem proporcionado um quadro jurídico para as reformas do setor público direcionado para um melhor desempenho e prestação de responsabilidades.

A teoria da legitimidade dita que são as partes externas para as quais a entidade relata que, influenciam a natureza dos serviços prestados, o conteúdo e a forma como as informações contabilísticas são relatadas e usadas (e.g., Hoque, Arends & Alexander, 2004; Andrews, 2008). Hoque, Arends & Alexander (2004) salientam que os grupos de pressão externa (sindicatos, empregados, corpos do Governo, público em geral – eleitores, órgãos de controlo, comunicação social, fornecedores de recursos e credores) exercem pressão institucional sobre os relatos da informação contabilística na tentativa de influenciar o desempenho das organizações em seu favor. Neste sentido, o relato da informação contabilística, preparado e divulgado pelas entidades do setor público, assume um papel importante, na teoria da legitimidade, na medida em que este constitui o meio através do qual as partes interessadas (utilizadores da informação) tomam conhecimento das ações desenvolvidas nessas entidades. É geralmente aceite que a legitimidade reafirma-se em determinados períodos temporais através dos processos eleitorais.

3. MÉTODO

3.1 POPULAÇÃO, AMOSTRA E DADOS

Dado este estudo tratar-se de um estudo exploratório (estudo este que tem por base o estudo de Tomé *et al.*, 2014), a população-alvo selecionada para esta investigação empírica foi a amostra constituída pela totalidade 33 municípios, pertencente às regiões estatísticas territorial de Trás os Montes Alto Douro (NUT II). Considerando o elevado número de municípios portugueses, a escolha dos municípios das regiões em análise, deve-se essencialmente a duas razões: (1) por pretendermos uma amostra de municípios considerada razoável para poder apresentar características distintas, em termos de dimensão, ideologia política do partido político no executivo, forma de governação e coincidência do partido político do executivo com o da maioria na Assembleia Municipal; e, (2) assimetrias regionais semelhantes. O período analisado toma como referência as últimas eleições autárquicas (2013).

Os dados utilizados foram extraídos de distintas fontes. A consulta das notícias sobre a divulgação da informação contabilística resultou de uma análise de conteúdo através do uso de ferramentas diversas (Google, jornais regionais e dos próprios sítios dos municípios selecionados, designadamente da consulta ao Boletim Municipal, panfletos e cartazes produzidos propositadamente para a campanha eleitoral). Os restantes dados resultaram da pesquisa ao sítio oficial da Comissão Nacional de Eleições (CNE – www.cne.pt) para os resultados eleitorais e da consulta da base de dados da Direção Geral das Autarquias Locais (www.portalautarquico.pt) para as variáveis de natureza económico-financeira. A recolha dos dados realizou-se, aproximadamente, seis meses antes da data das eleições.

A análise dos dados é efetuada através da utilização e adaptação de técnicas estatísticas utilizadas na literatura científica do tópico em estudo (e.g., Brusca & Montesinos, 2006; Yamamoto, 2008; Grossi & Reichard, 2009). Mais especificamente aplicar-se-á o modelo de regressão linear múltipla, pois considera-se que podem ser várias as variáveis (independentes) que explicam a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica (variável dependente) (Pestana & Gageiro, 2008).

3.2 VARIÁVEIS

3.2.1 VARIÁVEL DEPENDENTE

Os órgãos dos Governos Locais são politicamente mais visíveis, atraindo um elevado grau de atenção da sociedade, nomeadamente, dos eleitores, e, portanto, precisam de se apresentarem como sendo mais ágeis a fim de alcançarem legitimidade organizacional (Frost & Semaer, 2002). Isto sugere que as divulgações de informação deverão ser feitas para construir, manter e legitimar acordos, instituições e ideologias para os cidadãos em geral. A decisão de informar é de grande preocupação para os políticos, que são jogadores-chave na tomada de decisões que afetam a gestão municipal (García, Frías & Rodríguez, 2013).

Existe um consenso geral de que a responsabilização é mais complexa no setor público do que no setor empresarial. A década dos noventa revelou ser um período de profundas mudanças nos Governos das entidades locais, com um foco crescente nas responsabilidades e nos resultados alcançados. Os Governos Locais passaram a ser responsáveis, entre outros, pelo uso dos impostos e pelo fornecimento de bens e

serviços de qualidade o que levou a uma reorientação dos sistemas de informação contabilística. Num estudo realizado pelo *Governmental Accounting Standard Board – GASB* (2002) onde é pretendido analisar como é que os cidadãos podem usar a informação contabilística, os resultados mostraram que a utilização particular da informação contabilística por parte dos cidadãos é para a decisão de votar nas eleições.

As informações contidas na prestação de contas podem refletir os resultados das políticas públicas, e consequentemente, servir como um veículo para comunicar os efeitos económicos da gestão política (Brusca & Montesinos, 2006). A literatura académica é rica em relatos de racionalidade económica em comportamento eleitoral (e.g., Krammer, 1971; Stigler, 1973), porém as questões contabilísticas têm recebido muito pouca atenção.

Os eleitores são tradicionalmente considerados como potenciais utilizadores do relato financeiro dos Governos Locais. No entanto, não há muita investigação sobre esse tipo de utilizadores e uso que faz da informação disponibilizada no relato financeiro. Por exemplo, Brusca e Montesinos (2006) num estudo realizado aos cidadãos de 143 cidades espanholas com mais de 20 000 habitantes onde foi pretendido estudar a relação entre os relatórios financeiros e o comportamento eleitoral, constataram que os resultados eleitorais são influenciados pela informação contabilística. Tais resultados permitiram, aos autores, concluir que os eleitores no momento de votarem nas eleições locais espanholas têm em conta, pelo menos, a gestão pública, especificamente a gestão das despesas.

Os cidadãos-eleitores têm-se mostrado importantes utilizadores das informações divulgadas contidas na prestação de contas das entidades locais, mesmo quando essa divulgação não é produzida com eles em mente. Assentes na importância que a divulgação da informação contabilística tem assumido, pretendemos analisar quais são os fatores que potencialmente influenciam a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica. Para tal, a divulgação da informação contabilística (DIV) na campanha eleitoral autárquica dos municípios selecionados foi designada como variável dependente.

A análise de conteúdo¹ é uma técnica fundamental para o estudo de informações online e documentadas e baseia-se na determinação da presença ou ausência de certas informações, atribuindo valores dicotómicos (1: presença da informação em questão; 0: ausência desta informação). Em concreto, a variável que se pretende explicar, assume o valor 1 quando se verifica a divulgação de informação contabilística e o valor 0 caso contrário.

3.2.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Conforme referido, a literatura na área do estudo, designadamente para efeitos de campanha eleitoral autárquica é incipiente, o que, por sua vez, restringe a validação dos resultados das variáveis estudadas com outros resultados empíricos. Todavia, e por classificarmos esta investigação de exploratória entendemos analisar variáveis estudadas em trabalhos que se debruçam sobre os Governos Locais. Assim, seguir-se-á a descrição das variáveis independentes:

¹ Segundo Pardal e Correia (2008), a análise de conteúdo consiste genericamente numa técnica de investigação através da qual se viabiliza, de modo sistemático a descrição do conteúdo da comunicação. Trata-se de uma técnica de tratamento de informação que concede ao investigador a possibilidade de tratar uma grande quantidade de texto resumindo o seu conteúdo em conjuntos mais pequenos, de forma a ser possível compreender os fenómenos a investigar (Pardal & Correia, 2008).

Dimensão (DIM): A dimensão do município pode ser medida por diferentes grandezas, como sejam o número de habitantes, o número de eleitores, a área desolo, o valor do orçamento anual ou o número de funcionários. Nos estudos empíricos que se debruçam sobre o setor público, o número de habitantes é a classificação mais usada para classificar a dimensão do município. Também, segundo Ribeiro (2007), o agrupamento dos dados de acordo com a dimensão do município justifica-se pelo facto de os municípios portugueses apresentarem dimensões muito distintas, que condicionam a sua organização política e funcional, bem como os montantes recebidos do Orçamento do Estado, tendo em conta os critérios definidos na recente Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais. Assim, e dado partilharmos da opinião expressa, a variável DIM é medida pelo número de habitantes do município. Para tal adotou-se a metodologia proposta por Carvalho *et al.* (2012), em que são considerados municípios de pequena dimensão quando o número de habitantes é inferior a 20 000; de média dimensão quando o número de habitantes é superior a 20 000 e inferior a 100 000; e, de grande dimensão quando o número de habitantes superior a 100 000. Municípios maiores tendem a ter uma maior procura de serviços, a partir de uma ampla gama de grupos de interesse e, portanto, precisam de demonstrar como é que aplicaram os recursos públicos que lhes foram atribuídos. Para além disso, também são politicamente sujeitos a uma maior visibilidade, atraindo por isso a atenção de políticos e do público em geral (grupos de cidadãos, fornecedores de recursos, outros...) (Frostand & Semaer, 2002). Este contexto exige que os Governos Locais sejam mais responsáveis a fim de adquirir legitimidade organizacional e para aliviar possíveis custos políticos das suas ações. Navarro *et al.* (2011) mostraram que um aumento no número de habitantes pode melhorar as práticas de divulgação de informação, esta evidência empírica foi também confirmada Cárcaba e García (2008). Pelo exposto, a hipótese a formular encontra suporte na teoria da legitimidade. Assim, sendo expectável uma relação positiva entre a dimensão do município e a divulgação de informação contabilística, formulou-se a seguinte hipótese baseada na teoria da legitimidade:

- **H₁:** A divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é maior nos municípios de grande dimensão.

Ideologia política (IDEOL): Os políticos podem variar o grau de divulgação da informação contabilística, a fim de alcançar os seus objetivos. Em geral, os partidos de esquerda tendem a ser mais transparentes levando em maior medida a uma maior divulgação da informação contabilística (Guillamón, Ríos & Vicente, 2011; García, Frías & Rodríguez, 2013) para fins diversos.

Assim, e considerando estes resultados pretendemos averiguar se a ideologia política do partido político no executivo afeta a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica.

Para analisar o impacto da ideologia do partido político do executivo, foi utilizada uma variável *dummy*, assumindo o valor 1 para o caso de o executivo do município ser de esquerda, e 0 caso contrário. Esta variável permite-nos assim testar a hipótese H₂:

- **H₂:** A divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é maior nos municípios em que o partido no poder seja de esquerda.

Forma de governação² (FGOV): Nos regimes democráticos, a forma de governação exerce-se frequentemente na luta partidária, tendo como objetivo o acesso ao poder

²Também designada, em muitos estudos, por competição política.

político ou a sua manutenção. Os partidos políticos com o propósito de conseguirem ter maior força política prosseguem a obtenção de uma maioria absoluta nas eleições, de modo a conseguirem eleger um número de vereadores superior ao dos partidos da oposição, o que se traduz, previsivelmente na estabilidade governativa.

A existência de oposição forte exigirá do partido eleito uma gestão responsável e tornará público qualquer comportamento de desvio face ao programa eleitoral. Assim, e partindo do pressuposto que existe vontade de permanecer no poder durante vários mandatos, existirá vontade em demonstrar de forma voluntária o seu compromisso para com uma gestão eficiente (García & García, 2010). Verifica-se, portanto, a necessidade do partido no poder necessitar de demonstrar a gestão dos recursos públicos atribuídos como forma de se legitimar perante os cidadãos sob a pressão (coerciva) da oposição.

Neste sentido, é expectável que nos municípios com menor competição política, isto é, municípios em que o partido político no poder governe em maioria (mais de 50,1% dos votos) tenham menos necessidade de divulgar informação contabilística na campanha eleitoral autárquica para fins, essencialmente, eleitorais.

Para analisar o impacto da forma de governação (maioria ou minoria) do partido político do executivo, foi utilizada uma variável dicotómica, assumindo o valor 1 para o caso de um partido político governar em maioria, e 0 para o caso de um partido político governar em minoria. Esta variável permite-nos testar a hipótese H_3 :

- H_3 : A divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é maior nos municípios quanto maior for a competição política.

Coincidência política (COINPCMAM): Dadas as variáveis da coincidência política entre o partido do Governo Local do executivo com o da maioria na Assembleia Municipal serem consideradas em diversos estudos relacionados com as entidades alvo do nosso estudo – Governos Locais – entendemos também dever considerá-las na nossa análise. Para além do mais, observando a variável descrita anteriormente, julgamos que também aqui será expectável que nos municípios em que se verifique coincidência política entre o partido no poder e a Assembleia Municipal a informação contabilística divulgada na campanha eleitoral autárquica seja reduzida. Assim, a variável COINPCMAM assume valor 1 para o caso de o partido político do executivo coincidir com o da maioria na Assembleia Municipal, e 0 para o caso de o partido político do executivo não coincidir com o da maioria na Assembleia Municipal. Esta variável permite-nos testar a hipótese H_4 :

- H_4 : A divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é maior nos municípios em que não se verifique coincidência política entre o partido no poder e a Assembleia Municipal.

Receitas Fiscais (RECFISCAIS): Quanto maior for o valor das receitas fiscais julgamos que maior será a propensão dos municípios para divulgarem informação contabilística. As receitas fiscais correspondem aos recursos próprios dos municípios, isto é, ao somatório dos impostos diretos e indiretos e as taxas e resultam das contribuições impositivas aos cidadãos. Estamos convictos que os cidadãos, nomeadamente os contribuintes, de um modo geral, têm todo o interesse em conhecerem onde foram gastos os montantes que pagam através de impostos e taxas. Também, à luz da teoria da legitimidade podemos considerar que se possam verificar motivações diversas que levam a uma maior divulgação da informação contabilística, na medida em que existe interesse, por parte dos municípios, em demonstrar que o montante das receitas fiscais foi aplicado em projetos de interesse municipal. Tal interesse legitima a atuação da gestão efetuada pelos responsáveis municipais. Para a determinação da variável Receitas Fiscais procedeu-se à

recolha dos dados através da consulta à base de dados da DGAL(www.portalautarquico.pt). Suportando-nos nesta base e apoiando-nos na teoria da legitimidade formulou-se a hipótese seguinte:

- **H₅**: A divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é maior nos municípios com maior o montante das receitas fiscais.

Dívidas a Pagar(DIVPAG): Será espectável que os municípios que apresentam um montante relativo às dívidas a pagar mais elevado se mostrem menos interessados em divulgar informação contabilística. Ingram e Copeland (1982) concluíram que o valor da dívida se relaciona positivamente com a divulgação de informação pelos municípios. Tendo em consideração que o montante das dívidas a pagar é do interesse do cidadão, que poderá ser tomado em conta no ato eleitoral e que os municípios têm interesse na sua divulgação quando diminuto, estabelecemos a seguinte hipótese:

- **H₆**: A divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é maior nos municípios com menor montante de dívidas a pagar.

3.3 ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

De acordo com as hipóteses definidas, a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é determinada pela dimensão do município, ideologia política do partido político do executivo do município, forma de governação, coincidência política entre o partido do Governo Local do executivo com o da maioria na Assembleia Municipal, receitas fiscais e dívidas a pagar como se segue:

Divulgação da informação contabilística = f (dimensão, ideologia política, forma de governação, coincidência política entre o partido do Governo Local do executivo com o da maioria na Assembleia Municipal, receitas fiscais e dívidas a pagar).

Na prática, este modelo pode ser implementado com base nas variáveis acima descritas como segue:

$$DIV = \alpha_0 + \beta_1 DIM + \beta_2 IDEOL + \beta_3 FGOV + \beta_4 COINPCMAM + \beta_5 RECFISCAIS + \beta_6 DIVPAG + \varepsilon_i$$

onde,

DIV é a variável dependente e representa a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica. DIM, IDEOL, FGOV, COINPCMAM, RECFISCAIS e DIVPAG são as variáveis independentes e representam, respetivamente, a dimensão do município, ideologia política do partido político do executivo do município, a forma de governação, a coincidência política entre o partido do Governo Local do executivo com o da maioria na Assembleia Municipal, receitas fiscais e dívidas a pagar e ε_i representa a variável aleatória residual.

Para a estimação do modelo optou-se por recorrer à regressão linear múltipla. Durante o processo será feita a validação dos pressupostos do modelo de regressão linear, isto é, os respeitantes aos erros ou resíduos e à ortogonalidade entre as variáveis independentes, conforme sugere Marôco, 2007.

4. RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva levada a cabo de forma prévia ao teste das hipóteses revela que, os dirigentes autárquicos do órgão executivo dos municípios analisados tendem a divulgar a informação contabilística para fins de campanha eleitoral autárquica. Dos municípios analisados, 60,60% dos políticos locais do órgão executivo em funções divulgou informação contabilística na campanha eleitoral autárquica.

Os resultados obtidos revelam diferentes tipos de informação contabilística divulgados na campanha eleitoral autárquica, como sejam, o valor das transferências do Governo central, dos investimentos realizados, das dívidas a pagar, do património municipal, do resultado líquido do exercício, do imobilizado, das receitas locais, dos proveitos diferidos e das despesas com o pessoal. De salientar que os diferentes tipos de informação foram divulgados pelo menos uma vez. De entre os tipos de informação contabilística divulgados convém salientar que os mais difundidos pelos políticos do órgão executivo dos municípios respeitam ao valor dos investimentos realizados (75%) e às dívidas a pagar (50%). Embora não sendo propósito deste estudo, refira-se que relativamente ao tipo de informação divulgado – dívidas a pagar – realizou-se uma análise comparativa da situação da dívida no período relativo ao mandato eleitoral (4 anos), no sentido de entendermos se a divulgação deste tipo de informação pudesse estar relacionada com a sua diminuição. Para tal, recorreu-se à prestação de contas dos anos 2008 e 2012 e ao CNE para os resultados eleitorais. Os resultados parecem sugerir que a maioria dos políticos do órgão executivo divulga este tipo de informação, sempre que se verifique uma diminuição do valor das dívidas a pagar no período dos dois últimos mandatos, e, fundamentalmente, sempre que se tenha verificado mudança nos dirigentes autárquicos nos mandatos de 2005-2009 e 2009-2013.

Tabela 1 – Correlações bivariadas

	1	2	3	4	5	6	7
1 DIV	1						
2 DIM	0,064 (0,722)	1					
3 IDEOL	0,434* (0,012)	-0,115 (0,525)	1				
4 FGOVCM	-0,206 (0,250)	0,130 (0,471)	-0,250 (0,161)	1			
5 COINPCMAM	-	-	-	-	1		
6 RECFISCAIS	0,032 (0,859)	0,775** (0,000)	-0,365* (0,037)	0,223 (0,213)	-	1	
7 DIV	0,167* (0,022)	0,448** (0,009)	-0,176 (0,329)	0,130 (0,430)	-	0,479** (0,005)	1

* indicate significance at the 5%.

** indicate significance at the 10%.

A Tabela 1 mostra as correlações bivariadas das variáveis utilizadas no modelo. Em nenhum dos casos foram obtidos valores elevados para os coeficientes entre a variável

dependente e as variáveis independentes ou entre as variáveis independentes, pelo que não se revelam problemas de multicolinearidade e de endogeneidade. Os resultados obtidos mostram que, para um nível de significância de 5%, existem evidências estatísticas para se afirmar que as variáveis independentes IDEOL e DIVE a variável dependente DIV estão associados positivamente (correlação moderada).

De referir, porém, que a variável COINPCMAM não mostra qualquer correlação com as variáveis em análise (dependente e independentes). Tal facto pode estar justificado pelo facto da amostra selecionada apresentar para todos os municípios coincidência política.

O número de habitantes médio dos municípios incluídos na amostra é de 12 753,15 habitantes, enquadrando no intervalo de igual a 3 265 e menor e igual que 50 015. De acordo com os dados apresentados, e segundo a classificação de Carvalho *et al.* (2012), os municípios estudados tipificam-se segundo o número de habitantes em municípios de pequena e média dimensão. Não ficando, assim, incluído na nossa amostra nenhum município de grande dimensão.

4.2 ANÁLISE EMPÍRICA

Objetivo principal deste estudo é definido nas seis hipóteses de investigação formuladas quanto aos efeitos da dimensão do município, ideologia política do partido político do executivo do município, forma de governação, coincidência política entre o partido do Governo Local do executivo com o da maioria na Assembleia Municipal, receitas fiscais e dívidas a pagar na divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica.

Os resultados da estimação do modelo são as constantes da Tabela 2. Atentos nos resultados da Tabela 2, verificamos que a variável dependente DIV é afetada pelas variáveis independentes DIM, FGOV e DIV. Realçamos o facto da exclusão da variável ideologia do partido político no executivo (IDEOL) do modelo estimado.

Tabela 2 – Estimação do modelo

Variáveis	β	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
Constante	0,982	2,071	0,048
DIM	1328,84	1,151	0,040
FGOV	-0,859	-1,899	0,066
RECFISCAIS	9533,76	0,611	0,546
DIV	1122,34	1,542	0,034

$R^2 = 0,564$; $R^2_{ajustado} = 0,318$; Estatística $F = 2,517$; $Sig. = 0,054$

A obtenção da estatística R^2 de 0,564 na estimação do modelo permite afirmar que as variáveis independentes consideradas no modelo explicam aproximadamente 57% da variação observada na variável divulgação da informação contabilística (DIV). O modelo estimado apresenta assim alguma robustez ao apresentar um R^2 superior a 50% (valor considerado adequado nos estudos em ciências sociais, segundo Marôco, 2010).

Porém, a estatística F com um valor de 2,517 associada a um p -value de 0,054 permite-nos concluir que o modelo é estatisticamente significativo. Consta-se também que todos os coeficientes de regressão são significativos, pelo que podemos apresentar o modelo da seguinte forma:

$$DIV = 0,982 + 1328,84DIM - 0,859FGOV + 1122,34$$

Para garantir a robustez do modelo desenvolvido, foram verificados os pressupostos de normalidade, homocedasticidade e independência dos resíduos, conforme procedimentos indicados por Creswell (2009) e Marôco (2010).

Em síntese, a dimensão dos municípios (DIM) faz com que os políticos do órgão executivo de municípios maiores estejam mais propensos a divulgar a informação contábilística na campanha eleitoral autárquica. Estes resultados confirmam os resultados de Frost e Semaer (2002), Navarro *et al.* (2011) e CárcabaeGarcía (2008). Neste sentido, a hipótese H_1 é corroborada. Podemos assim afirmar que a dimensão do município influencia a divulgação da informação contábilística na campanha eleitoral autárquica.

Em relação à segunda hipótese H_2 , não obtivemos evidência estatística de que a ideologia política do partido político do executivo do município (IDEOL) influencia a divulgação da informação contábilística na campanha eleitoral autárquica, não permitindo deste modo encontrar resultados para o teste da hipótese H_2 .

A forma de governação no município também afeta a divulgação da informação contábilística na campanha eleitoral autárquica, pelo que a hipótese H_3 é confirmada. Os resultados obtidos mostram que quando o executivo governa em maioria tende a divulgar menos informação contábilística. Em nosso entender, a razão para tal pode estar associada à não necessidade do órgão executivo legitimar as suas ações públicas respeitantes à gestão pública efetuada junto dos cidadãos (de entre os quais se incluem os políticos opositores).

Também, a hipótese 6 foi corroborada. Os resultados obtidos mostraram que os municípios que apresentam menor montante em dívidas a pagar tendem a divulgar mais informação contábilística.

Conforme já era esperado, pelos resultados obtidos nas correlações bivariadas, a variável coincidência do partido político do executivo como o da maioria na Assembleia Municipal (COINPCMAM) não foi considerada na estimação do modelo, não sendo assim possível testar a hipótese H_4 .

5. CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

A ênfase do conceito de prestação de responsabilidades por parte dos dirigentes das entidades do setor público, designadamente dos Governos Locais, levou a que a informação contábilística elaborada por estas entidades passasse a assumir um papel importante para diversos fins. Destaca-se, entre outros, a tomada de decisões, como, por exemplo, as decisões relativas à aplicação dos recursos públicos atribuídos. A tomada de consciência por parte dos dirigentes locais do papel que a informação contábilística parece começar a ter junto dos cidadãos-eleitores, no momento do voto eleitoral, está, cada vez mais, a fazer com que estes passem também a fazer uso dessa mesma informação, como forma de divulgação da sua prestação de responsabilidades (como por exemplo, no que respeita à administração dos recursos públicos).

Também a necessidade dos dirigentes locais em procurar e utilizar as informações do relato financeiro para divulgação pode ser associada à tentativa de aliviar a pressão social ou legitimar as operações das entidades locais (Deegan & Rankin, 1997).

Nesta linha, o objetivo principal deste estudo foi analisar a divulgação da informação contábilística por parte dos políticos do órgão executivo na campanha eleitoral autárquica

das últimas eleições e determinar os fatores que potencialmente influenciam essa divulgação, através da estimação de um modelo.

O teste e validação estatística do modelo, através da utilização da regressão linearmúltipla, permitiu responder às questões, tal como resumiremos de seguida.

A primeira questão a que se pretendia responder referia «*Saber se os dirigentes autárquicos divulgam a informação contabilística na campanha eleitoral autárquica?*» Os resultados sugerem que os dirigentes autárquicos tendem a divulgar a informação contabilística para fins de campanha eleitoral autárquica, permitindo deste modo responder afirmativamente à questão.

À questão «*Que tipo de informação contabilística é divulgada?*», os resultados mostram que os itens que parecem ser mais utilizados para efeitos de campanha eleitoral autárquica são os que respeitam ao valor dos investimentos realizados e às dívidas por pagar.

Por último, para a questão «*Quais os fatores que explicam a divulgação da informação contabilística?*», o modelo estimado permitiu constatar que a divulgação da informação contabilística na campanha eleitoral autárquica é influenciada pela dimensão do município, pelo tipo de governação (maioria ou minoria) do partido político do executivo e pelo montante das dívidas a pagar. Sendo, porém, os políticos dos partidos do executivo que governam em maioria e os que apresentam valores inferiores na rubrica dívidas a pagar aqueles que tendem a divulgar menos informação contabilística.

Todavia, para além dos fatores identificados, parece-nos, que a divulgação da informação contabilística aparece justificada pela necessidade dos políticos legitimar as suas ações gestionárias para com a sociedade, encontrando fundamentação teórica na teoria da legitimidade.

A presente investigação padece, porém, de algumas limitações, pelo que destacamos antes de mais o único momento de análise – eleições autárquicas de 2013. Com a inclusão de outros momentos de análise poderíamos observar o nível de evolução da divulgação da informação contabilística e dos itens divulgados, para além, de possivelmente, permitir-nos a inclusão de novas variáveis no modelo estimado. Outra limitação relaciona-se com a reduzida dimensão da população estudada, 33 municípios de Trás os Montes e Alto Douro, o que condicionou, por um lado, a divulgação de métodos estatísticos (reduzidos graus de liberdade) e, por outro, conforme referido, a definição das variáveis. Julgamos também que com a introdução de outras variáveis como seja, o valor dos investimentos, das transferências, entre outras, poderíamos determinar outros fatores potencialmente influenciadores.

Creemos que estas limitações serão ultrapassadas no futuro, nomeadamente com o alargamento do estudo ao universo dos municípios portugueses combinado com um horizonte temporal mais longo.

Embora, não tenha sido objetivo do presente estudo exploratório, acreditamos que conseguiríamos obter uma maior validade dos dados, se efetuássemos o cruzamento dos dados relativos à divulgação da informação contabilística por parte dos Governos Locais para fins de campanha eleitoral autárquica com a utilização dessa informação por parte dos cidadãos-eleitores no momento de votarem. Tal linha constitui também uma pista de investigação futura.

6. REFERÊNCIAS

- Andrews, C. (2008). "Legitimacy and Context: Implications for Public Sector Reform in Developing Countries". *Public Administration and Development*, 28:171-180.
- Andriani, Y.; Kober, R. & Ng, J. (2010). "Decision Usefulness of Cash and Accrual Information: Public Sector Managers' Perceptions". *Australian Accounting Review*,20(53): 144-153.
- Bergmann, A. (2012). "The Influence of the Nature of Government Accounting and Reporting in Decision-Making: Evidence from Switzerland". *Public Money & Management*, 32(1): 15-20.
- Brusca, I & Montesinos, V. (2006). "Are Citizens Significant Users of Government Financial Information?". *Public Money & Management*. 205-209.
- Cárcaba, A & García, J. (2008). "Determinantes de la Divulgación de Información Contable a través de Internet por parte de los Gobiernos Locales". *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 137: 63-84.
- Carvalho, J.; Fernandes, M.; Camões, P. & Jorge, S. (2012). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2006*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Cohen, S. (2009). "Cash versus Accrual Accounting Measures in Greek Municipalities: Proxies or Not for Decision-Making?" (October 18, 2009). Disponível em SSRN <http://ssrn.com/abstract=1031089>.
- Collins, W.; Keenan, D. & Lapsley, I. (1991). *Local Authority Financial Accounting – Communication Sophistry or Obfuscation*. The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy.
- Creswell, J. (2009). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Deegan, C. (2002). "The Legitimizing Effect of Social and Environmental Disclosures – a Theoretical Foundation". *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3): 282-311.
- Deegan, C., & Rankin, M. (1997). "The Materiality of Environmental Information to Users of Annual Reports". *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 10(4): 562-575.
- Dowling, J. & Pfeffer, J. (1975). "Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational
- Farneti, F. & Siboni, B. (2011). "An analysis of the Italian governmental guidelines and of the local governments' practices for social reports". *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 2: 101-125.
- Frost, G. & Semaer, M. (2002). "Adoption of Environmental Reporting and Management Practices: An Analysis of New South Wales Public Sector Entities". *Financial Accountability and Management*, 18: 103-127.
- García, I.; Frías, J. & Rodríguez, L. (2013). "Determinants of Corporate Social Disclosure in Spanish Local Governments". *Journal of Cleaner Production*, 39: 60-72.
- García; A. & García, J. (2010). "Determinants of Online Reporting of Accounting Information by Spanish Local Government Authorities". *Local Government Studies*. 36(5): 679-695.

GASB – Governmental Accounting Standard Board (1987). Concepts Statement N. 1: Objectives of Financial Reporting. Norwalk.

GASB – Governmental Accounting Standard Board (2002). Report on the GASB Citizen Discussion Groups on Performance Reporting. Norwalk.

Grossi, G. & Reichard, C. (2009). “The Limited Use of Financial Data for Governmental Decision-Making – an Exploratory Study with Reference to Germany and Italy”. *12th Biennial Comparative International Governmental Accounting Research (CIGAR) Conference – New Challenges for Public Sector Accounting*, May, Modena.

Guillamón, M.; Ríos, A. & Vicente, C. (2011). “Transparencia financiera de los Municipios Españoles. Utilidad y Factores Relacionados”. *Auditoría Pública*, 55: 109-116.

Guthrie, J. (1993). Performance Indicators: Success or Failure in the Public Sector of the 1990s. *National Accountants in Government Convention*, Hobart.

Guthrie, J. (1998). “Application of Accrual Accounting in the Australian Public Sector – Rhetoric or Reality?”. *Financial Accountability & Management*, 14(1): 1-19.

Guthrie, J.; Olson, S. & Humphrey, C. (1999). “Debating Developments in New Public Financial Management: the limits of global theorizing and some new ways forward”. *Financial Accountability & Management*, 15(3/4): 209-228.

Guthrie, J.; Petty, R.; Yongvanich, K. & Ricceri, F. (2004). “Using Content Analysis as a Research Method to Inquire into Intellectual Capital Reporting”. *Journal of Intellectual Capital*, 5(2): 282-293.

Hay, L. & Antonio, J. (1990). “What Users want in Government Financial Reports”. *Journal of Accountancy*, 91-98.

Hood, C. (1991). “A Public Management for all seasons?”. *Public Administration*, 69(1): 3-19.

Hood, C. (1995a). “Emerging Issues in Public Administration. *Public Administration*”. 73(1): 165-183.

Hood, C. (1995b). “The New Public Management in the 1980’s: Variations on a Theme”. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2): 93-109.

Hookana, H. (2008). “Organizational Culture and the Adoption of New Public-Management Practices”. *Management*, 3(4), 309-327.

Hoque, Z.; Arends, S. & Alexander, R. (2004). “Policing the Police Service. A Case Study of the Rise of ‘New Public Management’ Within an Australian Police Service”. *Accounting, Auditing & Accountability*, 17(1): 59-84.

Ingram, R. & Copland, R. (1982). “Municipal Market Measure and Reporting Practices: An extension”. *Journal Accounting Research*, 20: 766-772.

Kober, R.; Lee, J. & Ng, J. (2010). “Mind your Accruals: Perceived Usefulness of Financial Information in the Australian Public Sector under Different Accounting Systems”. *Financial Accountability & Management*, 26(3): 267-298.

Krammer, G. (1971). “Short-term Fluctuations in the US Voting Behaviour, 1896-1964”. *American Political Science Review*, 131-143.

Lapsley, I. (1999). “Accounting and the New Public Management: Instruments of Substantive Efficiency or a Rationalizing Modernity?”. *Financial Accountability & Management*, 15(3/4): 201-207.

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

- López, A. & Caba, C. (2004). "The Relevance of Spanish Local Financial Reporting to Credit Institution Decisions. An Empirical Study". *The International Journal of Public Sector Management*, 17(2): 118-135.
- Mack, J. (2004). *An Investigation of the Information Requirements of Users of Australian Public Sector Financial Reports*. Unpublished PhD Thesis. Brisbane: Queensland University of Technology.
- Mack, J. & Ryan, C. (2006). "Reflections on the Theoretical Underpinnings of the General-purpose Financial Reports of Australian Government Departments". *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(4): 592-612.
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics. 5.ª Ed.* Pero Pinheiro: ReportNumber.
- Matthews, M. (1993). *Socially Responsible Accounting*. London: Chapman and Hall.
- Mir, M. & Rahaman, A. (2007). "Accounting and Public Sector Reforms: A study of a Continuously Evolving Governmental Agency in Australia". *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(2): 237-268.
- Mussari, R. & Monfardini, P. (2010). "Practices of social reporting in public sector and non-profit organizations". *Public Management Review*, 12: 487-492.
- Navarro, A.; Ortiz, D.; Alcaraz, F. & Zafra, J. (2011). "La Divulgación de Información sobre Sostenibilidad en los Gobiernos Regionales y sus Factores Influyentes: El Caso de España". Paper presented at 16th AECACongress, Granada, Spain.
- Neilson, J. & Gregor, T. (2007). "The Usefulness of Public Sector Reports: An Australian Local Government Perspective". *The European Accounting Association Annual Conference*. Lisboa.
- Neu, D.; Warsame, H. & Pedwell, K. (1998). "Managing Public Impressions: Environmental Disclosures in Annual Reports". *Accounting, Organizations and Society*, 23(3): 265–282.
- Olson, J. & Peters, G. (1996). *Lessons from Experience: Experiential Learning in Administrative Reforms in Eight Democracies*. Oslo: Scandinavian University Press.
- Olson, J.; Guthrie, J. & Humphrey, C. (1998). *Global Warning: Debating International Developments*. In: Olson, J. (ed). *New Public Financial Management (NPFM) Reforms: New World? Small World? Better World?*. Norway: Cappelen Akademisk.
- Pardal, L. & Correia, E. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS. 5.ª Ed.* Lisboa: Sílabo.
- Petersen, I. (2001). "Implementing Management Accounting Reforms in the Public Sector: The Difficult Journey From Intentions to Effects". *European Accounting Review*, 10(3): 561-581.
- Piotrowski, S. & Van Ryzin, G. (2007). "Citizen attitudes toward transparency in local government". *The American Review of Public Administration*, 37: 306-323.
- Ribeiro, V. (2007). "A divulgação de informação ambiental nas autarquias locais portuguesas". *XVII Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica – "conocimiento, Innovación y Empreendedores. Camino al futuro*. Logroño, España.
- Smakin, G. & Schneider, A. (2007). Reviewing the Changing Face of Financial Reporting: the Case of a Public Benefit Entity, *Working Papers Series n.º92*, University of Waikato.

- Stigler, G. (1973). "General economic conditions and national elections". *American Economic Review*, 160-116.
- Suchman, M. (1995). "Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches". *Academy of Management Review*. 20(3): 571-610.
- Ter Bogt, H. (2008). "Recent and Future Management Changes in Local Government: Continuing Focus on Rationality and Efficiency?". *Financial Accountability & Management*, 24(1): 31-57.
- Tomé, M.; Nogueira, S.; Cordeiro, M.&Dias, A. (2014). "A Utilização da Informação Contabilística na Campanha Eleitoral Autárquica: Estudo Exploratório nos Municípios de Trás Os Montes e Alto Douro". XXIV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica "O Contributo da Gestão para a Sustentabilidade das Organizações e da Sociedade". Leiria (Portugal).
- Yamamoto, K. (2008). "What Matters in Legislators' Information Use for Financial Reporting? – The Case of Japan". In: Jorge, S. (ed) *Implementing Reforms in Public Sector Accounting*. Coimbra: Coimbra University Press.
- Zimmerman, J. (2008). *Accounting for Decision Making and Control*. Irwin: McGraw-Hill.